

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: DESAFIOS, CONTRADIÇÕES E AVANÇOS

José Ivo Pedrosa¹, Gastão Wagner²

Gastão Wagner, escrevendo a apresentação de uma coletânea de textos sobre Análise Institucional, diz que “... pessoas amarradas por instituições, normas, discursos, e epistemes hegemônicas ... mesmo assim são capazes de reflexão e de rebelar-se” e que “... os seres humanos são quem constroem as instituições, que por sua vez, os aprisionam, os enredam, porém, também, de alguma forma, conseguem libertar-se delas quando opressoras”.

É uma sensação muito parecida quando evoco a trajetória da Educação Popular em Saúde, desde seus momentos iniciais como prática construída, muitas vezes, como estratégia de sobrevivência ou peça de resistência vivenciada nos duros anos de ditadura aos momentos atuais, em que se vivencia a formalização da Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

Chamaria de institucionalização todo esse percurso que agrega forças e movimentos isolados, que vão se potencializando, por meio de coletivos, que se formalizam em projetos, programas e ações que, fundamentados nos princípios éticos e políticos da educação popular freiriana, promove encontros com os movimentos populares e se cristaliza em espaços burocráticos institucionais da estrutura governamental.

O desafio maior consiste, então, na potência existente na permanente possibilidade de libertar-se quando a institucionalização torna-se opressora. Mas, ao mesmo tempo, tais possibilidades são permanentemente entremeadas de contradições, considerando que constituir sujeitos com capacidade de construir novas estruturas e instituições e manter sempre acesa a possibilidade de se desinstitucionalizar, de se desterritorializar é a grande contradição da dialética que se afirma por meio da negação. Em outras palavras, o desafio que ao mesmo tempo revela a contradição é como manter-se instituinte nos espaços institucionalizados?

Mas esse percurso “institucionalizador” possibilitou que vozes não ouvidas fossem escutadas, argumentos considerados “sem fundamentos” e subjetivos (os modos de viver dos sujeitos) passaram a justificar políticas públicas nos processos por dentro da estrutura do Estado. Na Academia, o GT de Educação Popular em Saúde da ABRASCO, além da promoção do diálogo e construção compartilhada de saberes, instituiu novas formas de comunicação científica e troca de experiências, por meio das Tendências Paulo Freire e suas Rodas de Conversa.

Foi possível experimentar a formação de especialistas em cursos de pós-graduação, sensibilizar Agentes de Saúde para atuarem como educadores populares em saúde e utilizar dispositivos de formação política com os movimentos populares, os quais, por meio da ANEPS (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde), disputam processos formais decisórios e, atualmente, integram uma suplência do Conselho Nacional de Saúde.

As perspectivas de avanços dependem da capacidade de permanecer sempre no plano instituinte, mesmo correndo o risco de desconstruir e reconstruir estruturas e processos já institucionalizados, quando estes se mostrarem insuficientes para nossos desejos de autonomia e emancipação.

¹ Médico. Doutor em Saúde Coletiva. Coordenador do Curso de Medicina/UFPI/CMRV.

² Campos GWS. Apresentação. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM. (org.). Análise Institucional e Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2013.